

PRESERVAÇÃO E INTERVENÇÃO URBANA: Estudo de Caso em Itajaí, SC.

URBAN PRESERVATION AND INTERVENTION: Case Study in Itajaí, SC.

A. Alessandra Devitte & B. Andréia Kleis Pereira

EACH, Curso de Arquitetura e Urbanismo; Universidade do Vale do Itajaí, Brasil.

adevitte@univali.br

arq.andreakleis@gmail.com

RESUMO

Este artigo apresenta a proposta de preservação e intervenção urbana em região histórica, localizada em Itajaí, SC. Faz parte do contexto histórico da cidade o Museu Histórico e a praça Arno Bauer, desde 1988 dominada pelo comércio informal dos camelôs. Sua desocupação ocorreu em 2015, por ordem judicial, para dar continuidade ao restauro do Museu, edificação tombada em 2001. Diante disso, o artigo visa enfatizar o direito à memória que têm todos os grupos humanos, enfatizando a importância da preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural, compreendendo assim o valor de memória, além de controlar o processo de evolução a que está inevitavelmente exposto. O resultado obtido evidencia a importância da busca constante por novas soluções para a manutenção da identidade da cidade, na qual está sua história, os fragmentos da estrutura física, a permanência de parte das paisagens, que outrora foram vividas pela sociedade local.

Palavras-chave: Patrimônio Histórico, Paisagem, Intervenção urbana, Revitalização.

Linha de Investigação: 2: Cidade e Ambiente.

Tópico: Patrimônio e paisagem cultural.

ABSTRACT

This article presents the proposal for urban preservation and intervention in a historic region, located in Itajaí, SC. Part of the historical context of the city is the Historical Museum and the Arno Bauer square, since 1988 dominated by informal street vendors. Its eviction occurred in 2015, by court order, to continue the restoration of the Museum, a listed building in 2001. In view of this, the article aims to focus on the right to memory that all human groups have, emphasizing the importance of preserving historic patrimony, artistic and cultural, thus understanding the value of memory, in addition to controlling the evolution process to which it is inevitably exposed. The result obtained shows the importance of the constant search for new solutions for the maintenance of the city's identity, in which is its history, the fragments of the physical structure, the permanence of part of the landscapes, which were once experienced by the local society.

Keywords: Historic patrimony, Landscape, Urban intervention, Revitalization.

Research Line: City and Environment.

Topic: Heritage and cultural landscape.

1 Introdução

A preocupação com a proteção do patrimônio cultural urbano sempre esteve presente nas pautas de reivindicações urbanas. Através disso, novos planos, projetos e políticas urbanas utilizam a cultura como estratégia para a regeneração da cidade, seja por meio da preservação de edificações históricas, da revitalização de áreas ou ocupação de vazios urbanos.

De acordo com Vaz (2004), as transformações espaciais não são consideradas somente na sua dimensão físico territorial, mas envolvem, em grau crescente, ponderações de ordem simbólica. O lugar, a imagem e a identidade passam a ser elementos de cultura local e se tornam peças fundamentais para a operacionalização desta mudança. A questão patrimonial está, portanto, intrinsecamente relacionada com a questão do direito à cidade, sendo que constitui uma das bases reivindicatórias de poder se apropriar criativamente de bens construídos que são socialmente valorizados como indicadores da memória.

Outro elemento relevante que se insere na dinâmica urbana contemporânea, e que em muitos casos se relaciona com a questão do patrimônio cultural, seriam os projetos de “revitalização” de áreas centrais. Nas palavras de Nigro (2001, p.34), “[...] projetos de revitalização urbana atuais propõem a valorização dos marcos simbólicos e históricos de áreas das cidades a partir de referenciais coletivos e comunitários. Na maioria dos casos, as revitalizações urbanas se executam sobre áreas pontuais do espaço urbano – sobretudo, áreas centrais [...]”.

Nesse sentido, interessa avaliar a proposta de ampliação do Museu Histórico de Itajaí, instalado no Palácio Marcos Konder, edificação construída em 1925 e tombada pelo Decreto Estadual no ano de 2001, assim como da revitalização realizada na praça Arno Bauer, localizada ao lado do Museu.

A análise desenvolvida se embasa em pesquisas históricas e acontecimentos locais que contribuíram para a descaracterização do espaço. Em seguida, abre-se a discussão para a questão patrimonial, buscando compreender a imagem do objeto a partir de sua identidade, ou seja, seu reconhecimento como entidade separada significando individualidade ou particularidade em relação ao seu contexto (Lynch, 2011).

A metodologia utilizada baseia-se nos ensinamentos da investigação qualitativa (Marconi e Lakatos, 2004), assim como foi necessária a apropriação da modalidade de pesquisa exploratória, com o desenvolvimento de estudo de caso.

O quadro teórico aborda a temática dos espaços urbanos, o meio e a paisagem, constituindo uma identidade da sociedade com o ambiente construído. Esse importante patrimônio, material e imaterial, está sendo ameaçado pela lógica da produção contemporânea por meio da reprodução desse mesmo espaço, ameaçando assim não somente o patrimônio edificado, como também toda a memória urbana de uma coletividade.

O resultado obtido evidencia a importância da busca constante por novas soluções para a manutenção da identidade da cidade, na qual está a sua história, os fragmentos da estrutura física, a permanência de parte das paisagens, que outrora foram vividas pela sociedade local em diversos momentos da história. Paisagem que foi sendo alterada pelos fatos urbanos que se sucederam e que atualmente configuram o ambiente urbano,

como uma obra de arte, pois o lugar, a imagem e a identidade, são peças fundamentais para a operacionalização da divulgação e promoção da cultura local, cenário que instiga a preservação dos bens construídos. E por consequência estimular aos gestores a criar políticas públicas que incentivem a preservação dos conjuntos históricos, o “locus” de todos os acontecimentos do passado.

2 Contexto histórico

Itajaí é um município brasileiro localizado no estado de Santa Catarina, na Região Sul do Brasil, distante 90 km da capital catarinense, Florianópolis. Possui uma área total de 288,402 km², população no último censo de 183.373 habitantes e densidade de 636,11 hab/km² (IBGE), e população estimada de 219.536 habitantes (IBGE).

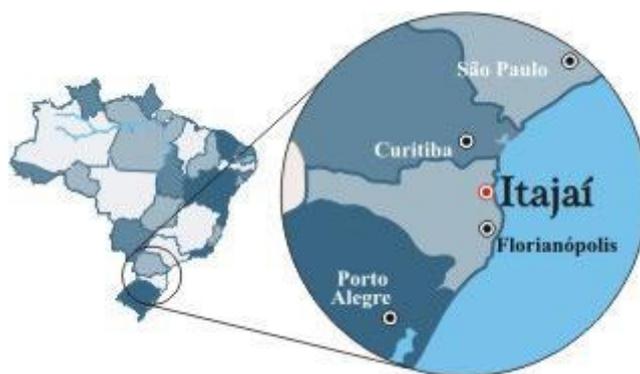


Fig. 1: Localização. Fonte: www.confrariamotonliners.wordpress.com

A fundação da cidade, segue os passos das demais cidades brasileiras. Sua ocupação ocorreu em 1650, pelos vicentistas, devido à necessidade de reconhecimento do extenso litoral brasileiro, da afirmação de posse e da garantia da soberania portuguesa. Nesta época, o território caracterizava-se por uma ocupação esparsa com pontos de concentração que se estendia sempre a partir do mar para o interior, sendo que geralmente a instalação ocorria em espaços com potencial para abrigo à navegação e com ligação para o interior.

O desenvolvimento da cidade ocorreu após o início da Colônia Blumenau, em 1850, quando as casas de comércio, agentes de navegação extra provinciais e bancos estrangeiros estabeleceram-se na cidade em virtude do porto de Itajaí, estes estabelecimentos chegaram a controlar toda a distribuição dos produtos importados e se encarregavam do transporte das mercadorias locais. (Rothbarth, 2003). Em 1868 é criada a comarca de Itajaí e, em 1876 ela é elevada à categoria de cidade.

Majoritariamente os luso-açorianos formaram o primeiro grupo de moradores de Itajaí. Devido à excelente posição geográfica, junto à Foz do rio Itajaí-Açu e dispendo de bom porto, a localidade, desde os primeiros tempos de seu povoamento, recebeu moradores de outros pontos de Santa Catarina e do Brasil, bem como alguns elementos estrangeiros.

A chegada destes imigrantes, contribuiu para a arquitetura eclética local. As casas das famílias Malburg, Burghardt e Konder, tombados pela Fundação Cultural Catarinense - FCC, possuem como característica

comum os frontões ornamentados, apresentando fachadas voltadas para a rua principal, mas sem descuidar da ampla paisagem para o rio, onde atracavam os navios e desenvolvia-se o comércio. Além destas edificações estava a Igreja Matriz (atual Igreja Imaculada Conceição) e a praça Vidal Ramos, que acolhia o coração da cidade. Ao seu redor, as principais edificações e armazéns que se estendiam até o cais.

Em que pese a variedade de etnias imigrantes que constituíram a população itajaiense, a marca cultural prevaiente da cidade ficou sendo a luso-açoriana. Nas festas e tradições populares, no artesanato, na culinária, no linguajar do povo, o que se observa são expressões da cultura de base açoriana.

A chegada de mais imigrantes contribuiu também na diversificação da economia com o surgimento de novas atividades comerciais e artesanais, gerando uma acumulação pulverizada e lenta. Ao longo do século XX a cidade consolidou sua relação com as atividades portuárias. O rio, o porto e a Vila de Itajaí serviam de via de comunicação e base de transporte para as colônias do Vale. Atualmente, além de seu destaque no setor quanto à importação e movimentação de containers¹, é também conhecida como um dos principais polos náuticos do Brasil².

3 O espaço organizado

Segundo afirma Lopes (2010), a organização espacial urbana a partir do modo de produção capitalista, influi diretamente sobre a dinâmica urbana e sua relação com a sociedade. Estas transformações do espaço são frutos não só das relações intraurbanas, mas de relações regionais e globais, já que a cidade não é um lugar fechado em si, ela assume relações que ultrapassam a esfera local e regional, e isto exige que se tenha uma visão da cidade inserida num contexto político-econômico mais abrangente.

O estudo dos processos de formação das cidades tem nos mostrado que as primeiras ocupações ocorreram em regiões mais suscetíveis a intervenções externas, como no vale dos grandes rios. Em tempos anteriores, a ocupação de determinados lugares estava condicionada à facilidade de acesso aos recursos naturais e ao posicionamento estratégico. Lamas (1993) demonstra que, em diversos contextos históricos, os elementos morfológicos são semelhantes: rua e praça, edifícios, fachadas e monumentos. As diferenças se estabelecem no modo como esses elementos se posicionam, se organizam e se articulam entre si para constituir o espaço urbano. Sendo assim, as cidades surgem a partir de um determinado contexto histórico, marcado por especificidades que não podem ser compreendidas apenas sob um único aspecto.

Para Castells (1999) o espaço dos lugares e localidades está claramente localizado e associado com a história local, tradição e memória. O autor adverte que enquanto a maioria dos habitantes do mundo vive e trabalha no espaço dos lugares e localidades, as funções dominantes econômicas, políticas, sociais e ultimamente também culturais estão cada vez mais mudando para o espaço dos fluxos, onde é possível a conexão de redes ahistóricas sem localidades.

Ao falar sobre a estrutura urbana, Castells destaca ainda a importância de não considerar a cidade apenas como a projeção da sociedade no espaço. Os homens estabelecem relações sociais determinadas, que dão ao espaço (bem como aos outros elementos da combinação) uma forma, uma função, uma significação social.

¹ Disponível em: <http://www.portoitajai.com.br/novo/c/historia>

² De acordo com consulta ao site da prefeitura da cidade. Destaca-se aqui que a consideração como polo náutico brasileiro fundamenta-se em quatro pilares: eventos náuticos, porto, turismo e pesca industrial. Fonte: <https://itajai.sc.gov.br/noticia/11498/nova-campanha-posiciona-itajai-como-polo-nautico-do-brasil>

[...] “Portanto, ele não é uma pura ocasião de desdobramento da estrutura social, mas a expressão concreta de cada conjunto histórico no qual uma sociedade se especifica” (Castells, 1983: 146).

A estruturação do espaço urbano é efetuada a partir do papel que desempenha na lógica geral do processo de acumulação em determinado período histórico. Essa organização espacial é produto das relações sociais que os homens estabelecem para a reprodução da vida.

Podemos identificar diversas perspectivas para o entendimento da dinâmica socioespacial das cidades, como por exemplo, a dimensão cultural, na qual a cidade materializa os modos de viver, pensar e sentir, que produz também algumas expressões comportamentais e formas de lazer e cultura (Carlos, 1994). Todas essas manifestações resultam da ação do homem que, por ser um ser cultural, acaba transformando o espaço, deixando suas marcas, significados e simbolismos, que podem ganhar uma materialidade através de edificações, monumentos e outros.

Parece já ser consenso nos estudos culturais e urbanos, desde as últimas décadas do século passado, que a análise para valorização dos centros históricos não poderia estar dissociada da apreciação do contexto territorial e da paisagem urbana, pois todo o espaço da cidade conserva os sinais e as marcas da sociedade que o ocupou ao longo do tempo.

A valorização, manutenção e divulgação dos prédios históricos é o instrumento de divulgação da história da cidade, importante para a memória coletiva pois fazem parte de uma “visão de conjunto” de elementos formadores da paisagem.

4 A paisagem

O estudo da paisagem tem sua origem no início do século XX, na França. La Blache³ (1905, apud Bley, 1990) concebeu o homem como hóspede antigo de vários pontos da superfície terrestre, que em cada lugar se adaptou ao meio que o envolvia, criando um conjunto de técnicas e costumes. Passava a ideia de que paisagem devia confundir-se com região, isto é, a área de ação de determinado grupo humano, considerando sinônimos os termos paisagem e região. A paisagem era abordada isoladamente, escapando a qualquer sistematização.

Na visão de Relph (1979) a paisagem é uma convergência, um momento-vivido onde existe uma ligação interna que une todos os elementos. A ligação interna que une os elementos da paisagem é a presença do homem e seu envolvimento nela.

Holzer (1979, p. 81) também leva em conta o envolvimento humano com a paisagem, pois esta incorpora ao suporte físico o trabalho humano tendo o homem como agente na construção dos sítios onde vive: “A paisagem denota o potencial que um suporte físico, a partir de suas características naturais, pode ter para o homem que se propõe a explorá-la com as técnicas que dispõe”.

Na definição de Collot (1990, p. 32) “a paisagem é estudada a partir de sua percepção que não se limita a receber passivamente os dados sensoriais, mas os organiza para lhes dar um sentido”. Também é tida como um espaço percebido: constitui o aspecto visível, perceptível do espaço. Para o autor, na definição de paisagem há três elementos essenciais: a ideia de ponto de vista, a de parte e a de unidade ou conjunto.

³ Vidal de La Blache, “Tableau géographique de la France”, Histoire de France, tomo I, Paris, Hachette, 1905, p. 3-8.

Com relação ao ponto de vista, a paisagem caracteriza-se por uma variação de escalas entre máximo num primeiro plano, e mínimo em direção ao horizonte, determinando característica de aspecto parcial da paisagem. Quanto à observação, a paisagem oferece apenas “parte de uma área”, limitação esta que se liga à posição do observador e ao relevo da área observada, manifestando-se através do horizonte externo (linha limite) e do horizonte interno (partes não visíveis). O referido autor caracteriza a paisagem por espaços visíveis e não visíveis, dependendo do ponto de vista. A paisagem não é isolada e sim “parte” de um espaço mais vasto. Assim, a paisagem é um conjunto. Essa limitação do espaço visível contribui para assegurar a unidade da paisagem.

Um conjunto se define pela exclusão de certo número de elementos heterogêneos e o horizonte delimita um espaço homogêneo, no qual todos os objetos dispersos tendem a se unir. Desta forma, a paisagem torna-se um painel que se faz percebida como objeto estético podendo ser apreciada tanto pelo belo quanto pelo feio. Essa convergência dos elementos formadores da paisagem dentro de uma “moldura” torna a paisagem apta a significar. Com uma unidade de sentidos, ela fala a quem olha. Sendo assim, cada objeto é percebido e interpretado em função do seu contexto e esta característica aparece de maneira especial na percepção da paisagem que o autor considera como “visão de conjunto”.

No âmbito internacional, as políticas da União Européia também incorporaram os princípios da paisagem e consideram as ameaças e valores da paisagem como argumento em planejamento estratégico e em estudos de impacto ambiental. Há um aumento de consciência de que paisagens deveriam ser temas de interesse político devido à sua função em contribuir para o bem-estar do cidadão. A Convenção Europeia da Paisagem (CEP, 2000), proclamada pelo Conselho da Europa reunido em Florença em 2000, constitui um tratado para a proteção, gestão e ordenamento das paisagens europeias. É o primeiro tratado internacional exclusivamente dedicado à paisagem.

A CEP é um instrumento de natureza conceitual e orientadora que procura clarificar os conceitos relativos à paisagem europeia e criar condições para facilitar a cooperação entre os países signatários. Cada Estado que a ratifica, assume a responsabilidade de adequar os seus objetivos e pressupostos ao contexto nacional e de proceder à sua implementação, à escala nacional, regional e local, incluindo as áreas naturais, rurais, urbanas e periurbanas, abrangendo as áreas terrestres, as águas interiores e as águas marítimas, tanto a paisagens que possam ser consideradas excepcionais como a paisagens da vida quotidiana e paisagens degradadas. Define paisagem como uma área percebida por pessoas, cujo caráter é o resultado da ação e interação de fatores naturais e humanos. Estabelece medidas específicas tendo em vista a proteção, gestão e ordenamento da paisagem através de política guiada por autoridades públicas, princípios, estratégias e diretrizes que permitem a tomada de medidas visando a proteção, gestão e planejamento da paisagem. Analisa, segundo características de seu entorno e desejo da população, os objetivos de qualidade da paisagem. A proteção desta é guiada por ações para conservar ou manter suas características, justificadas pelo seu valor patrimonial derivado de sua configuração natural ou da atividade humana. O seu gerenciamento parte de ações considerando o desenvolvimento sustentável para garantir a manutenção da paisagem de modo a orientar e organizar as mudanças provocadas por processos sociais, econômicos e ambientais e o planejamento da paisagem significa uma ação forte para garantir, restaurar ou criar paisagens.

No Brasil, os estudos da Paisagem Cultural adotam viés fenomenológico (Bahia, 2014), ao propor a compreensão enquanto espaço vivido. A paisagem é algo dinâmico no processo de urbanização, da rede urbana e da vida da cidade. Sob esta perspectiva, é abordada “como um lugar distinto em suas formas de organização urbana, de manifestações cotidianas, de seus ritos e de seu ritmo: a memória cultural das marcas da interação entre cidade e seus cidadãos na experiência vivida no seu momento presente”. A paisagem revela,

ainda, significado que “confere ao seu morador a noção de pertencer a um lugar que é único, mundo vivido [...] e a um povo que tem identidade própria”. A paisagem cultural “confere unidade e situa o seu habitante no tempo e no espaço” (Bahia, 2014). Logo, cultura e cidade são entendimentos indissociáveis.

A partir das considerações, entende-se a importância em qualificar a paisagem e o ambiente construído considerando a história, a memória, a cultura, a arquitetura e o ambiente natural na tomada de decisões relacionadas à gestão e planejamento do território promovendo a qualidade de vida e bem-estar da população. Além da paisagem natural, às margens do rio Itajaí-Açu, outro atrativo da cidade de Itajaí, é seu passado histórico, materializado por edificações históricas, como o Palácio Marcos Konder.

5 Estudo de caso

A cidade de Itajaí conheceu importante surto desenvolvimentista compreendido entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Os edifícios ecléticos que ainda marcam a cidade, documentam este período. Entre eles está o Palácio Marcos Konder (Figura 2), exemplar tipicamente eclético, apresentando ornamentos clássicos nas pilastras e cimbalhas que o compartimentam e nas aberturas em arco pleno. A grande janela existente sobre o hall do edifício possui características Art-Nouveau, ressaltada pelos torreões existentes em cada extremidade do edifício, encimadas por cobertura inspirada em modelos europeus. Apresenta porão alto e platibanda, além dos detalhes internos onde se destacam os acabamentos do piso, forro e esquadrias.



Fig. 2 Localização em destaque do Palácio Marcos Konder e praça Arno Bauer. Fonte: Google Earth. Adaptado pelas autoras.

Inaugurado em 1925 (Figura 3), foi construído para abrigar a Câmara de Vereadores, Prefeitura Municipal e Fórum da Comarca de Itajaí. Desde 1982 abriga o Museu Histórico da cidade. Foi tombado em esfera municipal em 1998 pelo Decreto Municipal nº 5.738 e em 2001 pelo Decreto Estadual nº 3.460⁴.

Sua situação urbana é inovadora e a implantação na extremidade da rua Hercílio Luz induz à transformação desta em rua principal da cidade. Atualmente encontra-se na Zona ZC2⁵ - ZONA CENTRAL 2 Área em região central com infra-estrutura consolidada, destinada aos usos habitacional, comércio, serviço e institucional.

⁴ Informação registrada no Livro do Tombo da Fundação Catarinense de Cultura.

⁵ DECRETO nº 11407/2018, PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ.



Fig. 3 Vista do Palácio no início dos anos 1945. Fonte: Centro de Memória e documentação histórica de Itajaí.

Recuado em todas as divisas do terreno, a implantação confere-lhe excepcional participação no cenário urbano da cidade. Na década de XX, o jardim localizado aos fundos o palácio foi aberto ao público e o espaço deu lugar à Praça Arno Bauer (Figura 4), tornando-se um dos espaços públicos mais importantes e representativos de Itajaí. Cabe destacar que o local está cercado por edificações importantes como a Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento, a Casa de Cultura Dide Brandão e o terreno do Colégio Estadual Victor Meirelles.



Fig. 4 Praça Arno Bauer na década de XX. Fonte: www.clubedosentasitajai.blogspot.com. Acesso em janeiro de 2020.

Desde 1988 a praça foi dominada pelo comércio informal dos conhecidos camelôs (Figura 5). A desocupação da praça ocorreu em 2015, por ordem judicial, depois de inúmeras tentativas de negociação, para dar continuidade ao restauro do Palácio Marcos Konder e a construção anexa ao Museu Histórico.



Fig. 5 A Praça Arno Bauer ocupada pelo Mercado informal dos camelôs em 2015. Fonte: Marcos Porto / Agencia RBS.

Em 2013 um novo projeto de ampliação foi elaborado, concentrando no edifício histórico as áreas expositivas do museu e no edifício anexo as áreas administrativas e de apoio. O projeto, sob responsabilidade da Ornato Arquitetura, propôs a restauração integral do bem, buscando a preservação do imóvel de relevância histórica. Projetado em vidro e aço, o bloco anexo de 494 m² contrasta com a estrutura do edifício histórico. O mais simbólico elemento da arquitetura é o painel gigante que imita o desenho de um ladrilho hidráulico (Figura 6), criado especialmente para o projeto, disposto junto à fachada lateral.

Aberto ao público, o museu tem sido um sucesso por sua proposta arquitetônica e museográfica. Conjuga tecnologia expositiva, objetos variados pesquisados com rigor antropológico, obras de arte, documentos, filmes e fotografias.



Fig. 6 Vista parcial do painel metálico que imita o desenho de um ladrilho hidráulico. Fonte: Ornato Arquitetura.

A proposta de revitalização da praça Arno Bauer (Figura 7), fomentada e desenvolvida pelo poder público municipal, destaca a importância de sua localização. A execução envolveu a retirada do piso existente,

implantação da drenagem pluvial, instalação do passeio, paisagismo e infraestrutura para nova iluminação, atendendo aos critérios de segurança e acessibilidade universal, conforme notícia⁶ divulgada.



Fig. 7 Proposta de revitalização da praça arno Bauer. Fonte: www.itajai.sc.gov.br. Acesso em 22/01/2020.

Cabe ressaltar que a intervenção no ambiente histórico é uma ação de responsabilidade e civilidade que requer o discernimento do valor cultural e simbólico de bens arquitetônicos e urbanos testemunhos da história coletiva da cidade, geradora de sentidos de pertencimentos e da identidade cultural de seus habitantes. (Brendle, 2002)

O conjunto do museu e da praça com suas áreas livres e de convívio criou um novo marco urbano na paisagem de Itajaí, funcionando como agente de requalificação urbanística de todo o centro histórico e reforçando os laços da cidade. Destaca-se que a nova arquitetura não alterou as relações de volumetria, escala e morfologia urbana.



Fig. 8 A Praça Arno Bauer revitalizada após o restauro e construção do anexo do Museu. Fonte: Andréa L. Kleis Pereira.

⁶ Notícia publicada em 2016 no site <https://itajai.sc.gov.br/noticia/15695/praca-arno-bauer-esta-interditada-para-reurbanizacao#.XkQsnjJKJIU>. Acesso em janeiro de 2020.

Segundo Mahfuz (2004), a relação com o lugar é fundamental para a arquitetura e nenhum projeto de qualidade pode ser indiferente ao seu entorno. Projetar é estabelecer relações entre partes de um todo; isso vale tanto para as relações internas a um projeto quanto para as que cada edifício estabelece com seu entorno, do qual é uma parte. No caso em análise, a nova proposta se concilia com a estrutura urbana existente e sua implantação garante a autenticidade e legibilidade do tecido urbano consolidado.

Considerações finais

A preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural é necessária, pois esse patrimônio é o testemunho vivo da herança cultural de gerações passadas que exerce papel fundamental no momento presente e se projeta para o futuro, transmitindo às gerações por vir as referências de um tempo e de um espaço singulares, que jamais serão revividos, mas revisitados. É dever do Estado e direito da comunidade, que pretende ver conservada a memória de fatos e valores culturais da nação brasileira, uma vez que a Constituição de 1988 define esse patrimônio fazendo expressa menção às edificações que trazem referência à identidade e à memória nacionais.

Os discursos progressistas pregam que as cidades devem estar inseridas no mundo globalizado, como as metrópoles, e sendo assim, os lugares mais antigos tornam-se obstáculos para o seu crescimento e por isso devem ser liquidados ou substituídos. É justamente o contrário do que Santos (1985) defendia quando tratava da importância da permanência das rugosidades na produção do espaço urbano. Segundo o autor, o estudo da paisagem pode ser assimilado a uma escavação arqueológica e as rugosidades são as heranças espaciais produzidas em um determinado período histórico, de um determinado modo de produção desse período, e por isso, possuem características sociais e culturais específicas. Nesse sentido, quanto maior for o número de rugosidades marcadas na paisagem, preferencialmente no espaço físico, mais fácil será para se fazer uma leitura da construção dessa paisagem através dos diferentes períodos e modos de produção nos quais o espaço foi culturalmente produzido, contribuindo assim, para a formação da memória urbana de uma coletividade.

A preservação do patrimônio edificado e da memória urbana é contrária à lógica capitalista, que pretende transformar o espaço e a cidade em mercadoria, sobrepondo-a somente ao valor de troca em detrimento do seu real valor de uso. A resistência de determinadas formas antigas na paisagem contemporânea pode ser explicada por diversos fatores, como valor afetivo, estético, econômico, simbólico etc. Por esta importância, algumas formas acabam se destacando das demais, obtendo a denominação de patrimônio histórico-cultural, importante para a manutenção dos valores identitários e, conseqüentemente para a conservação da memória das cidades.

O resultado obtido evidencia a importância da busca constante por novas soluções para a manutenção da identidade da cidade, na qual está a sua história, os fragmentos da estrutura física, a permanência de parte das paisagens, que outrora foram vividas pela sociedade local em diversos momentos da história. Neste caso, a valorização do patrimônio histórico acontece por meio do restauro do Palácio Marcos Konder aliado à intervenção urbana caracterizada pela ampliação do Museu com linguagem arquitetônica contemporânea e revitalização da Praça Arno Bauer. O conjunto passa a ser ícone na paisagem do Município de Itajaí, referência para o Estado de Santa Catarina e contribuição como estudo de caso para a área de patrimônio e sua busca constante por novas soluções para a manutenção da identidade da cidade, na qual está sua história, os fragmentos da estrutura física, a permanência de parte das paisagens, que outrora foram vividas pela

sociedade local. Ainda como consequência, estimular aos gestores a criar políticas públicas que incentivem a preservação dos conjuntos históricos, o “locus” de todos os acontecimentos do passado.

Com base neste entendimento, torna-se importante integrar a arquitetura e a paisagem numa mesma política pública, considerando as dimensões e especificidades próprias de cada um destes domínios, procurando observar e valorizar os aspectos, os princípios e esferas de atuação que têm em comum.

Referências bibliográficas:

BAHIA, C. (2014). Identidade, lugar e paisagem cultural. Anais 3º Colóquio Ibero-americano paisagem cultural, patrimônio e projeto - desafios e perspectivas. Belo Horizonte.

BLEY, L. (1990). Morretes: estudo de paisagem valorizada. 1990. 215f. Tese (Doutorado em Geografia), Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

CARLOS, A. F. A. (1994). A cidade. São Paulo: Contexto.

CASTELLS, M. (1983). A questão urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

CASTELLS, M. (1999). A Sociedade em Rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, v.2.

COLLOT, M. (1990). Pontos de vista sobre a percepção das paisagens. *Boletim de Geografia Teorética*, Rio Claro, v.39, n. 20, p. 21-32.

CHOAY, F. (2006). A alegoria do patrimônio. São Paulo, SP: UNESP, 282p.

HOLZER, W. (1997). A Geografia Humanista: uma revisão. *Revista Espaço e Cultura*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 8-18, jan.

LAMAS J.M. R. G. (1993). Morfologia urbana e desenho da cidade. sl: Fundação Calouste Gulbenkian.

LYNCH, K. e CAMARGO, J. L. (2011). A imagem da cidade. 3.ed. São Paulo, SP: Martin Fontes.

LOPES J.W. M. e SANTOS, R. C. B. (2010). Reprodução do espaço urbano e a discussão. R. RA'E GA, Curitiba, n. 19, p. 107-123. Editora UFPR.

MARCONI, M. A e LAKATOS, E. V. (2004). Metodologia científica. São Paulo: Editora Atlas.

NIGRO, C. (2001). Territórios do patrimônio: tombamentos e participação social na cidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado FFLCH-USP. São Paulo.

RELPH, E. C. (1979). As bases fenomenológicas da Geografia. *Geografia*, Rio Claro, v. 7, n. 4, p. 1-25, abr.

ROTHBARTH, M. (2003) Famílias de Itajaí: mais de um século de história. Itajaí: Prefeitura Municipal de Itajaí.

SANTOS, M. (1985). Espaço e método. São Paulo: Nobel.

VAZ, L. F. (2004). Planos e projetos de regeneração cultural: notas sobre uma tendência urbanística recente. In: Seminário da História da Cidade e do Urbanismo, 8., 2004. Niterói. Anais Rio de Janeiro: PROURB/FAU/UFRJ, CD-Rom.

Fontes Eletrônicas

BRENDLE, B. & VIEIRA, N. M.(2012). Cais do Sertão Luiz Gonzaga no Porto Novo do Recife. Destruição travestida em ação de conservação. *Arquitextos*, São Paulo, ano 13, n. 150.03, Vitruvius. <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.150/4460> (consulta:10/02/2020).

Convenção Européia da Paisagem. <https://www.coe.int/en/web/landscape> (consulta: 08/02/2020).

IBGE. Informações completas. <http://www.ibge.gov.br> (consulta: 10/01/2020).

MAHFUZ, Edson da Cunha. Reflexões sobre a construção da forma pertinente. In: *Arquitextos*, Vitruvius, fev de 2004. <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.045/606> (consulta: 12/01/2020).